



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

**AVISO DE DISPENSA  
(Processo Administrativo n.º 2435/2025)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Goiandira, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Para maiores informações e recebimento de proposta, encaminhar no seguinte e-mail [comprasgoiandira@gmail.com](mailto:comprasgoiandira@gmail.com), ou protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de Goiandira

**Data de abertura: 17/06/2025 17:00 (horário de Brasília)**

**Data de encerramento 24/06/2025 17:00 (horário de Brasília)**

Objeto de contratação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

Item	SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 01- VEICULO: CHEVROLET CRUZE LT., PLACA : AWG-6I75 , ANO DE FABRICAÇÃO: 2012	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 02- VEICULO : FIAT/ SIENA FLEX , PLACA : EDA+-6J79, ANO DE FABRICAÇÃO : 2011	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
3	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 03- ONIBUS: M.BENZ BUSSCAR, BUSS-R,	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

	PLACA :AJM-7F65, ANO FABRICAÇÃO : 2000 .				
4	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 04- VEICULO: NISSAN /VERSA 1.6 S FLEX-,PLACA: AUX- 6860-,ANO FABRICAÇÃO: 2012 .	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
5	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 05- VEICULO: RENAUTKANGOO SP W, PLACA: NSJ-1J07. ANO DE FABRICAÇÃO: 2010 .	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
VALOR TOTAL					R\$11.750,00

THALITA GABRYELLE OLIVEIRA DE ALMEIDA  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1.** A prestação de serviço de despachante documentalista para a regularização dos veículos doados pela receita federal ao município de Goiandira/go, sendo eles: veículo: CHEVROLET CRUZE LT, PLACA : AWG-6I75 , ANO DE FABRICAÇÃO: 2012, VEICULO : FIAT/ SIENA FLEX , PLACA : EDA-6J79, ANO DE FABRICAÇÃO : 2011, ONIBUS: M.BENZ BUSSCAR, BUSS-R, PLACA :AJM-7F65, ANO FABRICAÇÃO : 2000, VEICULO: NISSAN /VERSA 1.6 S FLEX-,PLACA: AUX-6860-,ANO FABRICAÇÃO: 2012 . VEICULO: RENAUTKANGOO SP W, PLACA: NSJ-1J07. ANO DE FABRICAÇÃO: 2010, para manutenção das atividades da secretaria municipal de administração. conforme especificações e quantitativos contidos na especificação do objeto e estimativa de preço.

#### 2. JUSTIFICATIVA

**2.1** Considerando a importância do bom andamento das atividades da Secretaria Municipal de Administração, solicita-se a prestação de serviço de despachante documentalista para a regularização dos veículos doados pela receita federal ao município de Goiandira/go, sendo eles: veículo: CHEVROLET CRUZE LT, PLACA : AWG-6I75 , ANO DE FABRICAÇÃO: 2012, VEICULO : FIAT/ SIENA FLEX , PLACA : EDA-6J79, ANO DE FABRICAÇÃO : 2011, ONIBUS: M.BENZ BUSSCAR, BUSS-R, PLACA :AJM-7F65, ANO FABRICAÇÃO : 2000, VEICULO: NISSAN /VERSA 1.6 S FLEX-,PLACA: AUX-6860-,ANO FABRICAÇÃO: 2012 . VEICULO: RENAUTKANGOO SP W, PLACA: NSJ-1J07. ANO DE FABRICAÇÃO: 2010, os quais, até o momento, ainda se encontram com pendências documentais junto aos órgãos competentes. a regularização é essencial para que os veículos possam ser devidamente incorporados ao patrimônio público municipal e utilizados legalmente nas atividades administrativas, operacionais e logísticas da gestão. entre as pendências existentes, destacam-se a transferência de propriedade, emissão de novos documentos, atualização cadastral junto ao DETRAN e quitação de eventuais encargos administrativos exigidos por lei. Diante da complexidade e da especificidade dos trâmites necessários para a regularização, faz-se necessária a contratação de um profissional habilitado e especializado, garantindo agilidade, segurança jurídica e conformidade com a legislação vigente. para manutenção das atividades da secretaria municipal de administração. a transferência de veículos doados pela receita federal para órgãos públicos é importante para regularizar a posse e uso desses veículos, garantindo que eles sejam utilizados de acordo com a lei e para fins de interesse público. o processo envolve a legalização da documentação, a transferência de propriedade e a regularização perante o DETRAN, a transferência garante que o órgão público seja o proprietário legal do veículo, evitando problemas futuros com a justiça ou com a receita federal, a regularização permite que o



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

veículo seja utilizado dentro dos parâmetros legais, sem riscos de apreensão ou multas por irregularidades, o processo de transferência garante a transparência na gestão do patrimônio público, evitando possíveis irregularidades na utilização dos bens. A transferência de veículos doados pela receita federal para órgãos públicos é um procedimento importante para garantir a legalidade, transparência e bom uso desses bens em benefício da população. Justificada pela necessidade de executar-se o serviço de despachante para regularização da documentação junto ao Detran/GO, dos veículos doados pela receita federal do Brasil ao município de GOIANDIRA GO, sendo que necessitamos atualizar todos os documentos dos veículos pautados neste município.

### **3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** A tabela abaixo relaciona os serviços, suas características e quantitativos que deverão ser adquiridos, de acordo com o levantamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

<b>Item</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITARIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 01- VEICULO: CHEVROLET CRUZE LT., PLACA : AWG-6I75 , ANO DE FABRICAÇÃO: 2012	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 02- VEICULO : FIAT/ SIENA FLEX , PLACA : EDA+-6J79, ANO DE FABRICAÇÃO : 2011	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
3	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 03- ONIBUS: M.BENZ BUSSCAR, BUSS-R, PLACA :AJM-7F65, ANO FABRICAÇÃO : 2000 .	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

4	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 04- VEICULO: NISSAN /VERSA 1.6 S FLEX-,PLACA: AUX-6860-,ANO FABRICAÇÃO: 2012 .	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
5	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA PARA A REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICÍPIO DE GOIANDIRA/GO 05- VEICULO: RENAUTKANGOO SP W, PLACA: NSJ-1J07. ANO DE FABRICAÇÃO: 2010 .	UNIDADE	1	R\$2.350,00	R\$2.350,00
VALOR TOTAL					R\$11.750,00

3.2 O CONTRATADO deverá executar os seguintes serviços:

3.2.1 Realizar a BAIXA DE DÉBITOS DE IPVA de todos os veículos acima identificados até a data da doação do veículo

3.2.2 Realizar a BAIXA DE DÉBITOS DE LICENCIAMENTO até a data da doação do veículo

3.2.3 Realizar a BAIXA DE RESTRIÇÕES ADMINISTRATIVAS até a data da doação do veículo

3.2.4 Realizar a BAIXA DE RESTRIÇÕES FINANCEIRAS, até a data da doação do veículo

3.2.5 Entregar a 2º VIAS DOS CERTIFICADOS DE REGISTROS – (número do espelho) TRANSFERENCIA DE PROPRIEDADE PARA O MUNICIPIO DE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

GOIANDIRA GO.

3.3 VEICULOS DOADOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL CONFORME ATO DE DESTINAÇÃO DE MERCADORIAS Nº 001397/2023, A LEGALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO e TRANSFERENCIA DE PROPRIEDADE Referente aos veículos abaixo identificados:

01- VEICULO: CHEVROLET CRUZE LT. , PLACA : AWG-6I75 , ANO DE FABRICAÇÃO: 2012

02- VEICULO : FIAT/ SIENA FLEX , PLACA : EDA-6J79, ANO DE FABRICAÇÃO : 2011

03- ONIBUS: M.BENZ BUSSCAR, BUSS-R, PLACA :AJM-7F65, ANO FABRICAÇÃO : 2000 .

04- VEICULO: NISSAN /VERSA 1.6 S FLEX-,PLACA: AUX-6860-,ANO FABRICAÇÃO: 2012 .

05- VEICULO: RENAUTKANGOO SP W, PLACA: NSJ-1J07. ANO DE FABRICAÇÃO: 2010 .

3.4 O CONTRATANTE deverá realizar o Levantamento de toda documentação necessária;

3.4.1 Protocolo e acompanhamento dos processos de transferência de propriedade dos veículos

3.4.2 Emissão de taxas e guias obrigatórias;

3.4.3 Regularização de débitos administrativos (se houver);

3.4.4 Emissão dos documentos atualizados;

3.4.5 Entrega da documentação final devidamente regularizada ao Município

3.5 Serviço se trata de transferência de propriedade, emissão de novos documentos, atualização cadastral junto ao DETRAN e quitação de eventuais encargos administrativos exigidos por lei e outras práticas necessárias para legalizar totalmente o veículo junto aos órgãos competentes.

3.6 Arcar com todas as despesas de deslocamento, protocolo e acompanhamento junto aos órgãos públicos (exceto taxas legais que serão de responsabilidade do município, se autorizadas previamente);

3.6.1 Apresentar, ao final, a documentação de cada veículo devidamente regularizada e registrada em nome do Município de Goiandira/GO;

3.6.2 Preservar o sigilo e a integridade das informações e documentos recebidos para execução do serviço

## 4. DO FUNDAMENTO LEGAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

4.1 O embasamento legal da presente contratação direta, é por **dispensa de licitação**, fundamentada no **artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos.) no caso de outros serviços e compras;

4.2 A presente contratação será dispensada de apresentação de Estudo Técnico Preliminar, nos termos do inciso I, do artigo 72, da Lei nº 14.133/21;

4.3 Considerando ainda que o Plano Anual de Contratações não foi formalizado, a presente aquisição será baseada nas contratações ocorridas nos últimos anos.

### 5. DA VIGÊNCIA

5.1. A presente contratação terá vigência estimada, contado de sua assinatura até 30 de Dezembro de 2025 NÃO podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. A execução dos serviços se dará no prazo contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento OF, no prazo de 10 (DEZ) DIAS

5.3 O prazo de execução dos serviços será de até 120 (CENTO E VINTE) dias corridos, contados a partir da assinatura da ordem de serviço. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal aceita pela administração pública, em caso de atraso por parte dos órgãos competentes, como o DETRAN-GO ou Receita Federal.

### 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. O comprometimento do saldo orçamentário será feito a partir da seguinte dotação orçamentária: 01.02.04.122.0487.2.004.3.3.90.39.00. Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA:

7.1. Os serviços deverão ser entregues conforme especificações deste Termo de Referência, do contrato, de sua proposta, e demais recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.2. Responsabilizar-se pela execução do objeto, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato;

7.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

7.4. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços;

7.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

- 7.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7. Atender às determinações da fiscalização do CONTRATANTE;
- 7.8. Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse do CONTRATADO, independentemente de solicitação;
- 7.9. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados ao CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos empregados ou prestadores na execução dos serviços;
- 7.10. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, para esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;
- 7.11. Manter o CONTRATANTE informado de todos os detalhes dos serviços, de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a consulta.
- 7.12. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 7.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.13.1 O CONTRATADO deverá fornecer garantia contratual dos serviços, sendo estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 7.13.2 O CONTRATADO deverá fornecer a garantia dos serviços, no âmbito da proteção ao consumidor pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), especificamente no artigo 26, estabelece prazos para reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação em serviços e produtos, sendo 30 dias para não duráveis e 90 dias para duráveis. O prazo começa a contar a partir do término da execução do serviço.
- 7.14. Os serviços deverão ser executados por técnicos/profissionais, capacitados, com formação compatível, bem como deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados com crachá.
- 7.14.1 Disponibilizar profissional habilitado e com experiência comprovada na área de despachos administrativos e regularização veicular.
- 7.15. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.
- 7.16. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, nos termos da legislação vigente, e garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização e com as especificações constantes no orçamento apresentado



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

7.17 Os serviços a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações mínimas estabelecidas pelos órgãos reguladores, bem como atender às disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores.

7.18 Caso os serviços se apresentem fora das especificações técnicas, os mesmos serão recusados imediatamente. Permanecendo o desacordo, os serviços serão desconsiderados no ato da entrega e será emitido no mesmo momento, Relatório de Inconformidade/Devolução, que deve ser assinado pelo CONTRATADO e pelo recebedor dos serviços

7.19 A contratada deverá reconhecer que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao contratante, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o contratante, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar

7.20 Durante a execução dos serviços, todos os cuidados cabíveis deverão ser tomados para garantir a segurança dos trabalhadores encarregados, inclusive no que diz respeito ao uso obrigatório de uniformes padronizados com logotipo da CONTRATADA, crachás de identificação.

7.21 A CONTRATADA deverá fornecer todo equipamento e profissionais para a execução de serviços, todos os materiais que sejam necessários para perfeita execução do objeto contratual. Fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta; disponibilizar insumos suficientes, adequados e necessários

### **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

8.1. Para viabilizar os trabalhos contratados, será de obrigação do Município disponibilizar o material necessário para a execução dos serviços;

8.2. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

8.3. Designar servidor(es) responsável para fiscalizar a execução dos serviços;

8.4. Notificar por escrito o profissional, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção;

8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, nos preços e nas condições pactuadas no contrato.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7 O CONTRATANTE deverá realizar os pagamentos referente a transferência de propriedade para o município de GOIANDIRA GO, emplacamento dos veículos, taxa vistoria, taxa de licenciamento e demais taxas legais que sejam necessárias para devida regularização dos veículos citados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

### 9. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

9.1. Observado o disposto no artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/21, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços, serão realizados pela Secretaria; a fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando o que estiver em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência,

9.2. A Secretaria, através de seu fiscal, atestará no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA;

9.3. A prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

### 10. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O valor total da despesa será obtido após o levantamento de preço no termo do art. 23 da Lei Federal 14.133/21, o recebimento de proposta adicionais caso venham realizar.

10.2. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguros, transporte, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

10.3. A proposta de preços deverá apresentar prazo de validade mínima de 30 (Trinta) dias.

10.4. O CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme Art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conferência da execução dos serviços e serão contados a partir da apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura na Secretaria de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva execução dos serviços relacionado na autorização de compras, bem como tenha sido emitido o Termo de Recebimento Definitivo. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica deverá informar a modalidade e número da licitação, empenho e dados bancários;

10.6. Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:

- a) Fatura discriminada (Nota Fiscal Eletrônica) devidamente atestada pelo(s) fiscal(ais) designado(s) pela Secretaria;
- b) CND da União;
- c) CND Estadual;
- d) CND do FGTS;
- e) CND Trabalhista;
- f) CND Municipal.

10.7. Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos a que alude o item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do Contrato;

10.8. O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada;

10.9. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado;

10.10. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

## 11. DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar o CONTRATADO as penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Goiandira-GO, pelo prazo que for fixado pelo Contratante, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade.

11.2. O CONTRATADO fica sujeita a multas de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado, caso o serviço não seja realizado dentro do prazo fixado, por culpa exclusiva do CONTRATADO.

11.2.1 A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo com ampla defesa.

11.3. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.4. O CONTRATADO será notificado, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

## 12. LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

12.1 Os serviços deste Termo de Referência deverão ser realizados no Município de Goiandira no Estado de Goiás. Endereço a ser fornecido pelo órgão contratante juntamente com a Ordem de fornecimento OF.

12.2 O horário para execução dos serviços será de 07:30h às 11:30h e de 13h às 17h00h.

12.3 O serviço deverá ser executado junto aos órgãos competentes, como DETRAN, Receita Federal e demais instituições envolvidas no processo de regularização veicular.

### **13. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA)**

13.1 Como pré-requisito à contratação e decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação

a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); CND do FGTS;

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; CND Trabalhista;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. CND da União;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; CND Municipal

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata; CND Estadual.

g) Contrato Social / Requerimento de Empresário Individual, ou Certificado de Condição de Mico empreendedor Individual;

h) Declaração de Atendimento ao Disposto no Artigo 7º, inciso XXXIII da CF;

i) Documentação do responsável legal da empresa

j) Atestados(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior em quantidade e complexidade equivalente do Termo de Referência.

### **14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA (LEI 14.133/2021, ART.59)**

14.1 Serão desclassificadas as propostas que:

I – Contiverem vícios insanáveis;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

- II – Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V – Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

### **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1 É proibida, a subcontratação do objeto, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato.

15.1.1 A contratada deverá realizar diretamente o serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

### **16. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS**

16.1. A partir das 08:00h do dia seguinte ao encerramento do aviso de dispensa será procedida a análise das propostas recebidas

16.2 Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

16.3 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

16.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

16.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

16.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

16.4. Estando o preço compatível, será analisada a documentação para fins de habilitação e homologação, tendo o resultado publicado no PNCP.

### **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA**

### **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1 Constitui como parte integrante deste termo de referência

18.1.1 ANEXO I - Declaração de atendimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo I.

Goiandira, 17 de Junho de 2025

**ISABELA MORENA DIAS DA SILVA**

Responsável pelo Termo de Referência



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANDIRA

### **ANEXO I - Declaração de atendimento ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99)**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita  
no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_  
representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_  
declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da  
Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso VI do Artigo 68 da Lei nº 14.133/2021,  
atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de  
dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**(Cidade), ....., de ..... de.....**

Assinatura (indicação do subscritor)

Carimbo da empresa